



# SINOPSE SINTIUS

## Informativo do Sindicato dos Urbanitários

### 09/11/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

#### Sindicato dos aposentados vai à Justiça contra a PEC dos Precatórios

Nesta segunda-feira (8), o Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical), a Força Sindical e a CNTM Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) irão ingressar com uma ação no STF (Superior Tribunal Federal) contra a PEC dos Precatórios, que já foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados.

O pedido principal da ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) será para retirar da PEC os precatórios da Previdência Social, evitando um possível calote aos segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

A ação questiona o caráter alimentar dos precatórios do INSS e o fato de que eles existem por erro na concessão inicial do benefício previdenciário. "O valor do precatório já era para estar consolidado no benefício mensal recebido. Porém, foi necessário ingressar com uma ação judicial para ter seu direito reconhecido, o que acaba gerando uma somatória mais significativa para receber de uma só vez. Estamos falando de alimentos e de uma massa grande de aposentados endividados para conseguir fazer frente às despesas não só de suas pessoas, mas de suas famílias", afirma a nota do Sindnapi.

A PEC negocia ampliar o prazo de pagamento de todos os precatórios federais, sem fazer distinção entre os alimentares, como é o caso dos atrasados do INSS. O governo pretende estabelecer um teto de pagamento anual, sendo de R\$ 40 bilhões em 2022 dos R\$ 89 bilhões que estavam previstos para os pagamentos do próximo ano. Os precatórios que não forem expedidos dentro do teto, ficarão para ser pagos nos anos seguintes.

A economia, segundo o governo Bolsonaro, será para custear o programa social que substitui o Bolsa Família a partir de 17 de novembro. Os sindicalistas afirmam que "são a favor do benefício de R\$ 400, destinados a 20 milhões de brasileiros que passam fome em nosso país, inclusive entendemos que este valor não é o suficiente para saciar a fome e a miséria do povo brasileiro. Mas, o Governo acaba com o Bolsa Família. Propõe um benefício assistencial com duração de apenas um ano, escancarando o viés eleitoral do mesmo e, além disso, quer dar um calote nos aposentados e pensionistas que somente tem um montante maior para receber do INSS porque foram vítimas de erros da própria administração pública".

Saiba mais em: [agora.folha.uol.com.br](http://agora.folha.uol.com.br), segunda-feira 08 de novembro.

#### Carteira de Trabalho Digital chega a 500 milhões de acessos

Os serviços da Carteira de Trabalho Digital alcançaram a marca de 500 milhões de acessos, desde janeiro de 2019. Desse total, 272 milhões foram em 2020. Neste ano, já foram registrados 231 milhões de acessos, feitos tanto por meio do aplicativo quanto do portal [gov.br/trabalho](http://gov.br/trabalho). O serviço permite ao trabalhador acompanhar os registros de sua vida laboral, nas bases de dados governamentais - inclusive naquelas que já estavam registradas na Carteira de Trabalho em papel. Além disso, o trabalhador também pode fazer a requisição do seguro-desemprego e o acompanhamento do Abono Salarial.

Desde 2019, 41,6 milhões de trabalhadores já baixaram o aplicativo em telefones e tablets. O maior número de downloads foi por aparelhos que usam o sistema Android: 35,7 milhões. Somando dispositivos móveis e web, já foram mais de 49,9 milhões de trabalhadores beneficiados com a digitalização do serviço.

Nesses dois anos da Carteira de Trabalho Digital, 59% dos requerimentos feitos pelos trabalhadores utilizaram meios eletrônicos (aplicativo e site). Do total de 12,7 milhões de requerimentos, 7,5 milhões foram feitos digitalmente.

Em 2020 e 2021, o aplicativo foi o principal instrumento para os trabalhadores acompanharem o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, o Bem. Na edição de 2020, foram preservados 10,3 milhões de empregos e na de 2021, 2,6 milhões.

Saiba mais em: [CNTI](http://CNTI.org.br), terça-feira 09 de novembro.

## Projeção do Focus para alta do PIB de 2022 cede de 1,20% para 1,00%

O Relatório de Mercado Focus divulgado nesta segunda-feira mostrou nova deterioração no cenário de crescimento econômico do Brasil. A redução na previsão mediana para Produto Interno Bruto (PIB) de 2021 desta vez foi marginal, de 4,94% para 4,93%. Há quatro semanas, estava em 5,04%. Para 2022, a projeção de expansão do PIB recuou de 1,20% para 1,00%. Quatro semanas atrás, estava em 1,54%.

Considerando apenas as 48 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2021 passou de 4,90% para 4,92%. Para 2022, também foram feitas 48 atualizações nos últimos cinco dias, com a estimativa caindo de 1,00% para 0,99%.

Para 2023, a projeção de crescimento continuou em 2,00%, de 2,20% há um mês. Já para 2024, a estimativa passou de 2,20% para 2,05%, ante 2,46% de quatro semanas atrás.

O Banco Central deixou de publicar, no documento do Focus, as projeções para a produção industrial, devido à pouca quantidade de respostas para esse indicador. **Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 09 de novembro.**

## Idec alerta sobre aumento de custos para consumidores com socorro ao setor elétrico

O novo socorro financeiro ao setor elétrico que está sendo negociado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) acendeu o alerta no Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Em nota, a entidade afirmou que vê com grande "preocupação" a criação de mais um empréstimo a ser pago pelos consumidores nos próximos anos. A medida está sendo desenhada para cobrir custos extraordinários com a necessidade de maior acionamento de usinas térmicas devido à crise hídrica que o País enfrenta.

No mercado, especula-se que o empréstimo que as distribuidoras tomarão junto a bancos privados com apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é de R\$ 15 bilhões. Mais cedo nesta segunda (8), o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, André Pepitone, confirmou as negociações para mitigar os efeitos sobre as tarifas de energia em 2022.

O coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Idec, Claubert Leite, destacou que, além dos custos dos novos empréstimos, os consumidores já estão tendo que arcar com a operação de socorro ao setor elétrico. "O consumidor mal começou a pagar a conta-covid e já terá de assumir um novo empréstimo. Precisamos suspender essa prática e melhorar as regras do setor, de modo a diminuir os riscos de crises como a atual", disse.

"O brasileiro já paga uma das tarifas mais elevadas do mundo e nada tem sido feito para reduzi-las, somente medidas paliativas para postergar eventuais repasses de custos. O fato é que os riscos do setor continuam sendo repassados apenas aos consumidores cativos, bem como os custos das ineficiências setoriais, além dos encargos excessivos. Tudo isso também precisava ser revisto para as tarifas diminuírem."

**Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 09 de novembro.**

## Redução na alíquota de importação não traz alívio a insumos de produtor

A redução unilateral das alíquotas de importação em 10% feita pelo governo não trará grandes mudanças nos custos de produção dos produtores neste e no próximo ano.

Um dos mais elevados nos últimos anos, esses gastos ocorrem tanto pelos altos preços externos dos insumos como pela cotação do dólar.

As importações totais do agronegócio, considerando alimentos, adubos, agroquímicos e máquinas, subiram para US\$ 24,8 bilhões de janeiro a outubro deste ano, com alta de 39% em relação a igual período do ano passado.

Um dos objetivos do governo ao tomar essa medida de redução das taxas de importação é o de segurar a escalada da inflação, que está em ritmo acelerado. O custo dos produtos externos neste momento é intenso e não deverá trazer grandes alívios.

Na avaliação de Dutra, a medida tem um lado positivo, que é o de melhorar a competitividade interna e gerar mais desenvolvimento econômico.

Neste momento, no entanto, ela terá um efeito diluído, devido aos preços externos e ao dólar elevados, afirma a diretora da CNA.

"Retirar 10% das taxas de importação tem um significado importante para reduzir custos, mas não acredito que vá ter um impacto muito grande para nenhum setor, devido ao câmbio", diz ela.

**Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 09 de novembro.**